Demonstrações Financeiras Hospital Esperança S.A.

31 de dezembro de 2013 e 2012 com relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

Índice

Relatório auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	, 1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais	, 3
Demonstrações do resultado	. 5
Demonstrações do resultado abrangente	. 6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	. 7
Demonstrações dos fluxos de caixa	. 8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	. 9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Diretores do **Hospital Esperança S.A.** Recife - PE

Examinamos as demonstrações financeiras do Hospital Esperança S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidade dos auditores independentes--Continuação

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Hospital Esperança S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Em 10 de março de 2014, emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras do Hospital Esperança S.A. correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, que ora estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na Nota 2.n, em decorrência da alteração da forma de apresentação da demonstração do resultado em 2013 e reclassificação de saldos no ativo não circulante, os valores correspondentes referentes a 2012, apresentados para fins comparativos, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2014,

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ

Wilson J.O. Moraes

Contador - CRC - 1RJ 107.211/0-1

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2013	31/12/2012
	-		(reapresentado)
Ativo			
Ativo circulante			40.070
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.580	10.876
Títulos e valores imobiliários	4	152.839	117.281
Contas a receber	5	41.240	40.461
Estoques	6	7.578	4.368
Impostos a recuperar		3.405	638
Outros		1.436	2.193
Total do ativo circulante		215.078	175.817
Ativo não circulante			
Partes relacionadas	11	10.245	4.601
Depósitos judiciais	14	1.364	1.024
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	<i>≅</i>
Investimentos		•	491
Imobilizado	7	92.934	83.900
Intangivel	8	108.804	108.761
Outros	-	245	296
Total do ativo não circulante		213.592	199.073
Total do ativo		428.670	374.890

	Nota	31/12/2013	31/12/2012
			(reapresentado)
Passivo			
Passivo circulante		7.055	10.023
Fornecedores	_	7.955 1.708	8.082
Empréstimos e financiamentos	9		8.488
Salários, provisões e encargos sociais	10	11.942	_
Obrigações fiscais	13	5.309	7.742
Tributos parcelados	13	881	1.788
Debentures	12	14.557	201.308
Dividendos		1.724	1.438
Partes relacionadas	11		10.866
Outros		762	6.085
Total do passivo circulante		44.838	255.820
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	2.432	10.154
Partes relacionadas	11	26.070	35.321
Debêntures	12	288.490	18
Tributos parcelados	13	3.989	4.671
Imposto de renda e contribuição social diferido	22	8.146	10.298
Provisão para contingências	14	3.146	173
Outros		1.274	1.458
Total do passivo não circulante		333.547	62.075
Patrimônio líquido	16		
Capital social		8.000	6.474
Reservas de capital		44.495	44.495
Reserva de lucros		-	6.026
Prejuízos acumulados		(2.210)	
Frejuizos acumulados Fotal do patrimônio líquido	22	50.285	56.995
Total do passivo e patrimônio líquido		428.670	374.890

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2013	31/12/2012
,			(reapresentado)
Receita líquida	17	262.826	176.588
Custos dos serviços prestados	18	(227.188)	(142.886)
Lucro Bruto		35.638	33.702
Despesas gerais e administrativas	19	(26.010)	(15.215)
Equivalência patrimonial Outras despesas operacionais	20	(800) (2.744)	(5.716)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		6.084	12.771
Receitas financeiras	21	6.416	232
Despesas financeiras	21	(21.362)	(5.980)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		(8.862)	7.023
Despesas com impostos sobre o lucro	22	2.152	(2.709)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(6.710)	4.314

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

	31/12/2013	31/12/2012
Lucro liquido (prejuízo) do exercício Outros resultados abrangentes	(6.710)	4.314
Total do resultado abrangente	(6.710)	4.314

Hospital Esperança S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

		Reserva de capital	Reserv	Reservas de lucros		
Descrição	Capital social	Ágio em transações de capital	Reserva legal	Reservas para investimentos	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011 (não auditado)	27.482		161	4.881	10.00	32.524
وامانامهم مل مانا الماران	i(II		ě	٠	4.314	4.314
Lucio inquio do exercicio Anmento de capital (Nota 16)	13.531	31	ä	(2.305)	Ti.	11.226
Reserva de capital oriunda incorporação (Nota 3)	I I	35.775	ű.	*	ĸ	35.775
Constituição de reserva de capital devido à incoporação (Nota 16b)	ŧ:	8.720	ī	a	ж	8.720
Reducão de capital devido à incorporação (Nota 16)	(34.539)	ř	Ñ	\$ (€\$)	20.	(34.539)
Constituição da reserva legal		i:	216	1(*):	(216)	
Dividendos propostos		i.	•	0.401	(1.025)	(1.025)
Constituição para reserva de investimentos	,	¥	*	3.073	(3.073)	•
Saldos em 31 de dezembro de 2012	6.474	44.495	377	5.649	î.	56.995
Prejuízo do exercício	*	a	9	×	(6.710)	(6.710)
Amento de canital (Nota 16)	1.526	13400	•	(1.526)	•	()
Absorção de prejuízos acumulados	ř	2 6 %	(377)	(4.123)	4.500	*
Saldos em 31 de dezembro de 2013	8.000	44.495	r	100	(2.210)	50.285

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

(Em milhares de reais)	31/12/2013	31/12/2012
	31/12/2013	(reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		(F/
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social Ajustes para conciliar o prejuízo ao caixa gerado pelas atividades operacionais	(8.862)	7.023
Depreciação e amortização	7.072	4.425
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidos	14.149	4.156
Provisão para contingências	3.149	(20)
Equivalência patrimonial	800	-
Provisão para glosas	26.880	3.079
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.298	3.741
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos		
Contas a receber	(28.957)	(33.863)
Estoques	(3.210)	(1.900)
Impostos a recuperar	(2.767)	1.590
Depósitos judiciais	(340)	(771)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	•	18.106
Outros ativos	758	2.056
Fornecedores	(2.068)	1.262
Salários e encargos sociais	3.454	3.168
Obrigações tributárias	(2.433)	4.151
Tributos parcelados	(1.589)	(277)
Partes relacionadas	(25.761)	41.586
Dividendos	286	1.025
Provisão para contingências	(176)	161
Outros passivos	(4.414)	(651)
	(22.731)	58.067
Pagamento de juros	(18.309)	(566)
Pagamento de julios Pagamento de imposto de renda e contribuição social	4	(4.990)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	(41.040)	52.511
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	(050)	(404)
Adições ao investimento	(259) (16.104)	(491)
Adições ao imobilizado		(30.622) (108.486)
Adições ao intangível	(43) (29.144)	(117.051)
Títulos e valores mobiliários	(45.550)	(256.650)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(43.330)	(230.000)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		60.455
Aumento de capital/reservas de capital	400.000	20.157
Captação de debêntures	100.000	200.000
Pagamento de principal	(15.706)	(13.821)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	84.294	206.336
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	(2.296)	2.197
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10.876	8.679
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8.580	10.876

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Hospital Esperança S.A. ("Esperança" ou "Companhia"), tem por objetivo a prestação de serviços hospitalares, oferecendo conceitos de assistência e hotelaria, criando centros de excelência médica e diagnóstica e gerando experiência e conhecimento médicos que proporcionam segurança aos clientes, sejam médicos, pacientes ou planos de saúde.

Atuando em Recife, no Estado de Pernambuco, a Companhia opera com 2 hospitais próprios, sendo que a primeira unidade hospitalar, Hospital Esperança, foi inaugurada em agosto de 2000 e a segunda unidade, Hospital São Marcos é um antigo hospital que iniciou suas atividades em 1940.

O Esperança é subsidiária integral da Rede D'Or São Luiz S.A. ("Rede D'Or").

2. Base de preparação e apresentação e principais políticas contábeis

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras foi concedida pela Administração em 31 de março de 2014. Desta forma, estas demonstrações financeiras consideram eventos subsequentes que pudessem ter efeito sobre as mesmas até a referida data.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de certos instrumentos financeiros, mensurados pelo valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.k. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, em prazo não superior a um ano.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação e principais políticas contábeis-Continuação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

As práticas contábeis adotadas no Brasil requerem que as empresas controladoras que possuem investimentos em controladas devem elaborar demonstrações financeiras consolidadas, exceto por determinados casos de dispensa permitidos. Nesse sentido e de acordo com o previsto no CPC 36 - Demonstrações financeiras consolidadas, o Esperança optou por não apresentar as demonstrações consolidadas tendo em vista, (i) a Companhia não tem ações ou títulos negociados publicamente; (ii) não há intenção de abertura de capital; (iii) sua controladora dispensa a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas; e (iv) sua controladora Rede D'or São Luiz S.A. elabora e disponibiliza demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com os CPCs.

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas abaixo:

a) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros não derivativos da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, depósitos judiciais, contas a pagar a partes relacionadas, fornecedores, debêntures e empréstimos e financiamentos. Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data base de fechamento das demonstrações financeiras, de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros:

(i) Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação e principais políticas contábeis-Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e datas de vencimento fixas e que a Companhia tenha a intenção e habilidade de manter até o vencimento são classificados nessa categoria. Ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método dos juros efetivos, deduzido de provisão para perda do valor recuperável ("impairment"). A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva. A Companhia não possui investimentos a serem mantidos até o vencimento.

(iii) Empréstimos e recebíveis

Após reconhecimento inicial, empréstimos e recebíveis sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos e ativos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

A apresentação dos ativos e passivos financeiros por categoria encontra-se na Nota 23.

A seguir, demonstramos o resumo das principais práticas contábeis adotadas na contabilização e apresentação dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

Caixa, equivalentes de caixas

Os equivalentes de caixa são mantidos com finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa estando sujeita um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de contratação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação e principais políticas contábeis-Continuação

a) <u>Instrumentos financeiros</u>--Continuação

Títulos e valores mobiliários

A Companhia classifica suas aplicações financeiras na categoria de mantidos para negociação, considerando o propósito para qual o investimento foi adquirido.

As aplicações financeiras mantidas para negociação são mensuradas pelo seu valor justo. Os juros e variações monetária, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Contas a receber

Estão apresentadas considerando-se os valores estimados de sua realização, líquidas do ajuste a valor presente, da provisão para crédito de liquidação duvidosa (quando aplicável) e da provisão para glosas.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" ocorrido) e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação e principais políticas contábeis-Continuação

a) <u>Instrumentos financeiros</u>--Continuação

(iv) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando pago ou quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, ajustados com base nas variações monetárias e taxas de câmbio e incluem os juros incorridos até a data do balanço, baseados nos termos contratuais. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de apropriação dos juros e variações monetárias.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são mantidos pelo custo amortizado, sendo o montante principal acrescidos dos encargos financeiros incorridos, com base no método da taxa efetiva, até a data das demonstrações financeiras.

b) Reconhecimento da receita e custos

As receitas, custos e despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência.

As receitas são reconhecidas de acordo com a prestação dos serviços hospitalares, de diagnósticos e laboratoriais, quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, líquidas de descontos, créditos, abatimentos e possíveis glosas estimadas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação e principais políticas contábeis-Continuação

c) Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos são classificados como circulantes quando realizáveis dentro dos doze meses seguintes. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos montantes nos quais eles serão liquidados considerando a data de cada balanço, incluindo juros provisionados e variações monetárias ou cambiais de acordo com as condições contratuais.

d) Estoques

Os estoques são compostos por materiais hospitalares e medicamentos e avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

e) <u>Imobilizado</u>

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear com base em taxas que levam em consideração as vidas úteis estimadas dos bens. Gastos com reparos e manutenção que não aumentaram a vida útil do ativo são reconhecidos como despesa quando incorridos.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados como despesa no período em que são incorridas.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perdas ajustando o valor contábil ao valor recuperável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação e principais políticas contábeis-Continuação

f) <u>Investimentos</u>

O investimento em controladas e controlada em conjunto são registrados pelo método da equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos nas controladas e controladas em conjunto são contabilizados no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária. O ágio, se houver, é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Nas demonstrações financeiras consolidadas, o ágio é reclassificado para o ativo intangível.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas e controlada em conjunto, e mudanças diretamente reconhecidas no patrimônio são refletidas, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido da controladora.

A Companhia determina se é necessário reconhecer perda em relação ao valor recuperável do investimento em suas investidas. Se aplicável, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável do investimento e o valor contábil e reconhece este montante na demonstração dos resultados.

As demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto são preparadas para o mesmo período que a Companhia. Ajustes são efetuados sempre que necessário para tornar as práticas contábeis consistentes com as práticas da Companhia.

g) Arrendamento mercantil

A determinação se um acordo é, ou contém, arrendamento mercantil está baseada em aspectos relativos ao uso de um ativo ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação e principais políticas contábeis-Continuação

g) Arrendamento mercantil -- Continuação

Arrendamentos mercantis financeiros são aqueles que transferem à Companhia substancialmente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado e são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, incluindo, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamentos mercantis financeiros de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado. Esses bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil ou, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá à propriedade ao final do prazo do arrendamento, o ativo é depreciado ao longo do prazo contratual do arrendamento, dos dois o menor.

Os arrendamentos operacionais são aqueles cujos riscos e benefícios não são transferidos ao arrendatário, sendo os custos reconhecidos no resultado por competência, à medida que o ativo é utilizado. As diferenças entre os valores efetivamente pagos e os reconhecidos como despesa no resultado são reconhecidos como despesas antecipadas ou provisionados no balanço patrimonial.

h) <u>Provisões</u>

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é registrada no resultado, líquida de qualquer reembolso.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação e principais políticas contábeis-Continuação

h) Provisões--Continuação

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. A provisão para contingências é constituída para as discussões judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos ocorra para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

i) Impostos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações finançeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação e principais políticas contábeis-Continuação

i) <u>Impostos</u>--Continuação

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- ▶ Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação e negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação e principais políticas contábeis-Continuação

i) <u>Impostos</u>--Continuação

Impostos diferidos--Continuação

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucro tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do imposto diferido ativo venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados a taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados a mesma entidade tributada e sujeitos a mesma autoridade tributária.

Impostos sobre a receita

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto as autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas e reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso, e
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.
- Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação e principais políticas contábeis-Continuação

j) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

k) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são discutidas a seguir:

Provisão para crédito de liquidação duvidosa e glosas

A provisão para crédito de liquidação duvidosa e glosas estão apresentadas como redução do saldo de contas a receber e são constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização destes saldos, considerando o risco individual das carteiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação e principais políticas contábeis-Continuação

k) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis--Continuação

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade.

Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Vida útil dos ativo imobilizado

A depreciação do ativo imobilizado considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação e principais políticas contábeis-Continuação

k) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis—Continuação

Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Provisão para contingências

A Companhia registrou provisão, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A Companhia também está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advém do curso normal das atividades de seus negócios.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas. Os fundamentos e natureza da provisão para contingências estão descritos na Nota 14.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação e principais políticas contábeis-Continuação

I) <u>Demonstrações dos fluxos de caixa</u>

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto.

m) Novos pronunciamentos

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs vigendo a partir de 2014 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

n) Reapresentação dos valores correspondentes de 31 de dezembro de 2012

- (i) Até 31 de dezembro de 2012, a Companhia tinha a prática de destacar o crédito fiscal diferido sobre os ágios gerados em suas combinações de negócios. Quando o ágio era amortizado fiscalmente, o crédito fiscal diferido era realizado em contrapartida ao resultado para alinhar a alíquota efetiva à nominal. A Administração reavaliou este critério e, considerando não haver previsão expressa no CPC 32 Tributos sobre lucros e no CPC 15 Combinação de negócios para efetuar esta alocação como um ativo adquirido, reclassificou o valor dos créditos fiscais diferidos correspondentes as referidas combinações de negócios para ágio em 2012. Com esta classificação, a amortização fiscal do ágio passou a gerar diferenças entre a base fiscal e base contábil e, dessa forma, a Companhia registrou o imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, conforme requerido no CPC 32, item 21. Não houve qualquer efeito no resultado ou no patrimônio líquido decorrente dessa alteração.
- (ii) A demonstração do resultado originalmente apresentada referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 apresentava as despesas natureza, sem a segregação por função. Sendo assim, esta demonstração foi alterada para proporcionar uma apresentação por função, conforme estabelecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação e principais políticas contábeis--Continuação

n) Reapresentação dos valores correspondentes de 2012--Continuação

Ativo	Originalmente apresentado	F	Reclassificações	Reapresentado
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	10.876		· ·	10.876
Títulos e valores mobiliários	117.281		-	117.281
Contas a receber	40.461		-	40.461
Estoques	4.368		-	4.368
Impostos a recuperar	638		•	638
Outros	2.193			2.193
Total do ativo circulante	175.817		(*)	175.817
Não-circulante	-			= = = = = = = = = = = = = = = = = = = =
Partes relacionadas	4.601		296	4.601
Depósitos judiciais	1.024			1.024
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.808	(i)	(7.808)	500
Investimentos	491	- 1/	187	491
Imobilizado	83.900		1	83.900
Intangível	90.655	(i)	18.106	108.761
Outros	296	**	(*)	296
Total do ativo não-circulante	188.775		10.298	199.073
Total do ativo	364.592		10.298	374.890
Passivo Circulante	10.023			10.023
Fornecedores	8.082			8.082
Empréstimos e financiamentos	8.082 8.488		-	8.488
Salários e encargos sociais	0.400 7.742		:=:	7.742
Obrigações fiscais	1.788			1.788
Tributos parcelados	201.308		220	201.308
Debêntures	1.438			1.438
Dividendos e juros sobre capital próprio	10.866		200	10.866
Partes relacionadas	6.085		-	6.085
Outros	255.820			255.820
Total do passivo circulante Não circulante	200.020			255.020
Empréstimos e financiamentos	10.154		196	10.154
Partes relacionadas	35.321			35.321
Tributos parcelados	4.671		943	4.671
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(#)	(i)	10.298	10.298
Provisão para contingências	173	(-)	16	173
Outros	1.458			1.458
Total do passivo não-circulante	51.777		10.298	62.075
Patrimônio líquido				
Capital social	6.474		(4)	6.474
Reserva de capital	44.495		(2)	44.495
Reserva de Capital Reserva de lucros	6.026			6.026
Total do patrimônio líquido	56.995			56,995
Total do passivo	364.592		10.298	374.890
Total do paddito		_		

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação e principais políticas contábeis-Continuação

n) Reapresentação dos valores correspondentes de 31 de dezembro de 2012

		31/12/2012	
	Originalmente apresentado	Reclassificações	Reapresentado
Receita líquida Custos dos serviços prestados	176.588	(142.886)	176.588 (142.886)
Lucro bruto	176.588	(142.886)	(33.702
Despesas operacionais Gerais e administrativas		(15.215)	(15.215)
Custos e despesas operacionais			
Pessoal	(58.560)	58.560	(4
Materiais e medicamentos	(48.273)	48.273	
Serviços de terceiros	(26.171)	26.171	*
Despesas corporativas	(8.094)	8.094	*
Depreciação e amortização	(4.425)	4.425	
Outras despesas operacionais	(18.294)	12.578	(5.716)
Total de custos e despesas operacionais	(163.817)	142.886	20.931
Lucro antes do resultado financeiro	12.771		12.771
Receitas financeiras	232	-	232
Despesas financeiras	(5.980)	-	(5.980)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	7.023	,- <u></u> ,	7.023
Imposto de renda e contribuição social	(2.709)	-	(2.709)
Lucro líquido do exercício	4.314	i	4.314

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Combinação de negócios

Em 1 de agosto de 2012, a LE Participações Societárias S.A. ("LE"), até então controladora direta do Esperança, adquiriu 50% do capital social do Esperança. A LE já detinha 50% de participação no Esperança e, dessa forma, essa aquisição adicional foi contabilizada como aquisição em estágios. Conforme previsto no pronunciamento técnico CPC 15 - Combinação de negócios, a LE avaliou a valor justo, na data da aquisição do controle, sua participação anterior e registrou ganho, conforme demonstrado abaixo:

	Na data de aquisição
Participação anterior a valor justo Participação anterior a valor contábil	73.351 (19.147)
Ganho em combinação de negócios realizada em estágio	54.204
Efeito fiscal	(18.429)
Ganho líquido do efeito fiscal	35.775

A LE foi incorporada pelo Esperança e consequentemente o ganho registrado na LE afetou o patrimônio líquido do Esperança quando da incorporação. Os demais efeitos das alocações, conforme demonstrado abaixo, estão refletidos nestas demonstrações financeiras do Esperança como consequência da incorporação reversa da LE.

O total da contraprestação transferida para compra da empresa foi de R\$ 73.351, integralmente pagos durante o exercício de 2012 e conforme previsto no pronunciamento técnico CPC 15 — Combinação de negócios, a Companhia avaliou e registrou na data da aquisição do controle o ganho da participação societária anterior, conforme segue:

	Na data de aquisição
Valor justo dos ativos líquidos adquiridos na data de obtenção do	73.351
controle Consideração transferida	73.351
Ativos líquidos a valor justo	38.294
Ágio gerado na aquisição	108.408

A Companhia avaliou o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na operação e concluiu que não existe diferença relevante em comparação com os valores líquidos contábeis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores imobiliários

	31/12/2013	31/12/2012
Equivalentes de caixa	·	(reapresentado)
Caixas e bancos	3.512	10.832
Aplicações financeiras	5.068	44
•	8.580	10.876
Títulos e valores mobiliários	152.839	117.281

As aplicações financeiras classificadas como títulos e valores mobiliários referem-se principalmente a certificados de depósitos bancários (CDBs), emitidos por instituições financeiras de primeira linha, são substancialmente remuneradas de 101 a 104% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Os títulos classificados em equivalentes de caixa tem vencimentos inferiores a 90 dias contados da data de aquisição, e os montantes classificados como títulos e valores mobiliários referem-se a títulos com vencimentos superiores aos 90 dias, e são mantidos para negociação.

5. Contas a receber

As contas a receber consistem em saldos a receber das operadoras de saúde e de particulares, como segue:

	31/12/2013	31/12/2012
		(reapresentado)
Contas a receber de convênios e planos de saúde	89.304	61.887
Contas a receber de particulares	2.415	875
Provisão para glosas	(42.109)	(15.229)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(8.370)	(7.072)
	41.240	40.461

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Contas a receber--Continuação

Movimentação da provisão para glosas e créditos de liquidação duvidosa

	31/12/2013	31/12/2012
		(reapresentado)
Saldo no início do exercício	(22.301)	(15.481)
Constituição de provisão para glosas Reversão de provisão para glosas Constituição de provisão para créditos de liquidação	(31.157) 4.277	(3.284)
duvidosa	(1.298)	(3.536)
Saldo no final do exercício	(50.479)	(22.301)

Em 31 de dezembro, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

						Vencido			
			1 -	31 -	61 -	91 -	121 -	181 -	Acima de
	Total	A vencer	30 dias	60 dias	90 dias	120 dias	180 dias	360 dias	360 dias
31/12/2013	91.719	38.355	14.794	7.296	5.296	3.392	3.592	10.624	8.370
31/12/2012	62.762	34.899	6.149	1.937	2.241	1.829	2.438	6.197	7.072

6. Estoques

	31/12/2013	31/12/2012
	-	(reapresentado)
Medicamentos	2.514	2.187
Materiais especiais	2.468	· - /
Descartáveis	1.320	1.004
Materiais de manutenção	269	251
Materiais de consumo geral	259	311
Fios cirúrgicos	204	183
Outros	544	432
	7.578	4.368

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado

Composição dos saldos

			31/12/2013		31/1	31/12/2012 (reapresentado)	tado)
Descrição	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor Iíquido	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Iíquido
świinos o eminamentos hosnitalares	20%	42.319	(21.591)	20.728	40.741	(17.852)	22.889
Madullas e equipalifelios llospitalais Potrimontos ciríraisos	20%	416	(20)	360	160	(39)	121
Structures of dispersions	10%	966.9	(1.601)	5.395	5.787	(1.155)	4.632
adullias e equipallientos	2 5% - 4%	2 037	(99)	1.971	270	(22)	215
Intovers	4%	48.892	(8.083)	40.809	39.360	(6.236)	33.124
Métoir à moneille	70,	5.818	(2.705)	3.113	4.415	(2.393)	2.022
Overs e drensmos	30%	107	(106)	•	83	(12)	12
Veiculos	10%	6 823	(775)	6.048	6.489	(114)	6.375
Instalações	2/2/2	6 250		6.250	6.399	8	6.399
lerrenos	<i>6</i> /2	8 158	000	8.158	8.095	•	8.095
mobilizado en andamento Dutros	5% - 10%	105	(4)	101	18	(2)	16
		127.921	(34.987)	92.934	111.817	(27.917)	83.900

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado--Continuação

Movimentação do custo corrigido do imobilizado

				Adições oriundas				
Descricão	31/12/2011	Adições	Transferências	Transferências de incorporações	31/12/2012	Adições	Baixas	31/12/2013
	(não auditado)				(reapresentado)			
Máguinas e equipamentos								
hospitalares	37.198	1.525	niai	2.018	40.741	1.578		42.319
Instrumentos cinúraicos	1.9	(1)	81%	160	160	256	a.	416
Maguinas e equipamentos	2.007	3.182	110	598	5.787	1.209	3	966'9
Imóveis		•	¥	270	270	1.767	9.	2.037
Renfeitorias em bens de terceiros	6.629	218	32.468	45	39,360	9.532	i	48.892
Móveis e utensílios	2.739	815	•	861	4.415	1.403	ė	5.818
Veículos	4		226	33	83	24	18	107
Instalacios	264	6.186	4	39	6.489	334		6.823
Тепров	79	6.399	æ	•	6.339	9	(149)	6.250
Imphilizado em andamento	31.470	9.093	(32.468)		8.095	2	ñ	8.158
Outros	13	w			18	87	ě	105
	80.364	27.423	٠	4.030	111.817	16,253	(149)	127.921

Movimentação da depreciação do imobilizado

			Adições orlundas	0700107170	A 15 a 15 a 15	24/40/2042
Descrição	31/12/2011	Adições	de incorporações	31/12/2012	Adições	51/12/21/15
	(não auditado)			(reapresentado)		
fláquinas e equipamentos						
hospitalares	(13.933)	(3.519)	(400)	(17.852)	(3.739)	(21.591)
	((06)	(00)	(43)	(EE)
Instrumentos cirurgicos	×	•	(60)	(60)		(80)
Maguinas e equipamentos	(888)	(194)	(73)	(1.155)	(446)	(1.601)
mówejs	()((55)	(22)	(11)	(99)
Contract of the contract of the formation	(5 7 49)	(402)	()	(85,53)	11 847	(R OR3)
Delliellonas em Dens de leicellos	(01/10)	(204)		(0.4.0)		(200:0)
Móveis e utensílios	(2.013)	(152)	(228)	(2.393)	(312)	(2,705)
Veiculos	(44)	,	(27)	(14)	(32)	(106)
	25	/AR/	(i)	(414)	(684)	(775)
Instalações	(4)	(20)	(6)	F	100	
Outros		(2)		(2)	(2)	(4)
	(22 661)	(4.425)	(831)	(27.917)	(7.070)	(34.987)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Intangível

O saldo de intangível é composto como segue:

	Taxa anuai	31/12/2013	31/12/2012
Vida útil definida Softwares	20%	396	(reapresentado)
Vida útil indefinida Ágio		108.408	108.408
		108.804	108.761

O ágio demonstrado acima é oriundo da combinação de negócios descrita na Nota 3.

A Administração efetuou teste de recuperabilidade do ágio para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não sendo identificadas perdas em relação ao valor registrado.

9. Empréstimos e financiamentos

Banco	31/12/2013	31/12/2012	Indexadores	Spread
FINAME/BNDES CCB's	4.140	(reapresentado) 3.158 15.078 18.236	TJLP CDI	4,3% 4,47%
Circulante Não circulante	1.708 2.432	8.082 10.154		

Esses financiamentos foram obtidos para a construção do hospital e aquisições de equipamentos hospitalares e são corrigidos ao ano, conforme tabela acima. A garantia da operação são os próprios ativos adquiridos na operação.

Os principais financiamentos foram captados com objetivo de efetuar obras de expansão dos hospitais

O saldo de longo prazo possui o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Valor
2015	1.588
2016	844
	2.432

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Salários, provisões e encargos sociais

	31/12/2013	31/12/2012
	-	(reapresentado)
Salários a pagar	3.009	2.380
Provisão de férias	5.888	4.528
Provisão de horas extras	904	*
INSS a pagar	1.585	1.156
FGTS a pagar	453	347
Outros	103	77
	11.942	8.488

11. Transações com partes relacionadas

		31/12/201	3
Empresas	Ativo não circulante	Passivo não circulante	Despesas de serviços prestados por partes relacionadas
Rede D'Or São Luiz S.A.	4.553	(26.070)	(15.204)
Centro Hospitalar São Marcos	5.156	<u> </u>	ì
Outros	536	j(m)	
	10.245	(26.070)	(15.204)

	31/12/20	12 (reapresentado	0)
Ativo não circulante	Passivo Circulante	Passivo não circulante	Despesas de serviços prestados por partes relacionadas
: - :	(10.866)	(35.307)	(8.094)
4.490	i i	-	UA1
111	2	(14)	re:
4.601	(10.866)	(35.321)	(8.094)
	4.490 111	Ativo não circulante - (10.866) 4.490 111	circulante Circulante circulante - (10.866) (35.307) 4.490 - (14)

Os saldos apresentados referem-se basicamente a serviços centralizados realizados pela controladora, Rede D'or São Luiz S.A. e que são compartilhados por todas as unidades do grupo Rede D'or São Luiz e operações de conta-corrente com as empresas da Rede D'Or.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Debêntures a pagar

	31/12/2013	31/12/2012
		(reapresentado)
1° emissão (a)	203.585	201.308
2° emissão (b)	99.462	3 2
(,,	303.047	201.308
Circulante	14.557	201.308
Não circulante	288.490	S.=5

- (a) Em outubro de 2012, LE (incorporada pela Companhia em dezembro de 2012) realizou a primeira emissão de debêntures não conversíveis em ações, em uma série única para distribuição pública, no valor total de R\$ 200.000, com vencimento em 15 de outubro de 2019, incluindo os juros. As debêntures são remuneradas *pro rata temporis* com juros equivalentes a 100% do DI (Depósitos Interfinanceiros) mais 1,4% ao ano. Como garantia, foram oferecidas ações representativas de 6% do capital social da Companhia e cessão fiduciária de direitos creditórios.
- (b) Em dezembro de 2013, a Companhia realizou a segunda emissão de debêntures não conversíveis em ações, em uma série única para distribuição pública, no valor total de R\$ 100.000, com vencimento em 10 de dezembro de 2018, incluindo os juros. As debêntures são remuneradas pro rata temporis com juros equivalentes a 100% do DI (Depósitos Interfinanceiros) mais 1,9% ao ano. Como garantia, foi oferecida cessão fiduciária de direitos creditórios.

Os custos relacionados às emissões das debêntures, no valor de R\$ 2.049, foram registrados como redutores do saldo das debêntures e vem sendo amortizados ao longo do período de vigências dos contratos.

Em 31 de dezembro de 2012 a Administração classificou as debêntures no passivo circulante devido a descumprimento pontual de cláusulas contratuais. No primeiro trimestre de 2013 o contrato foi renegociado e a obrigação reclassificada para o não circulante.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Obrigações fiscais e tributos parcelados

a) Obrigações fiscais

	31/12/2013	31/12/2012
		(reapresentado)
PIS - Programa de Integração Social COFINS - Contribuição para o Financiamento da	155	112
Seguridade Social	716	519
ISS - Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza	3.725	3.509
IRRF - Imposto de renda retido na fonte	299	177
IRPJ e CSLL	-	3.279
Outros	414	146
	5.309	7.742

b) Tributos parcelados

Tributos parcelados	31/12/2013	31/12/2012
·		(reapresentado)
INSS	3.132	4.039
Parcelamento - Lei 11.941/09	1.738	2.420
	4.870	6.459
Circulante Não circulante	881 3.989	1.788 4.671

Em 31 de julho de 2011, ocorreu a consolidação do Parcelamento da Lei 11.941/09, sendo que os efeitos decorrentes dessa consolidação registrados na rubrica de despesas financeiras na demonstração do resultado do exercício. O valor vem sendo pago em 60 meses e é atualizado mensalmente pela taxa Selic.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Provisão para contingências e depósitos judiciais

A Companhia está envolvida em ações judiciais de natureza fiscal, cível e trabalhista. Os depósitos judiciais somente serão liberados em caso de decisão favorável às empresas. Com base no parecer de seus consultores jurídicos, a Companhia constituiu provisão para perdas consideradas suficientes para cobrir as perdas prováveis, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/	31/12/2013		apresentado)
	Provisão para contingências	Depósitos judiciais	Provisão para contingências	Depósitos judiciais
Trabalhistas	1.998	1.030	173	1.024
Cíveis	1.148	334		
	3.146	1.364	173	1.024

Segue abaixo quadro demonstrando a movimentação das provisões para contingências nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

		2013		2012
	Trabalhistas	Cíveis	Total	Total
Saldos no início do exercício	173		173	(reapresentado) 1.339
Adições	2.001	1.148	3.149	₩
Reversões/baixas	=	3.50	976	(1.166)
Variação monetária	(176)		(176)	
Saldos no final do exercício	1.998	1.148	3.146	173

Além das causas provisionadas, o Esperança é réu em processos trabalhistas e cíveis nos montantes de R\$ 992 e R\$ 1.093 respectivamente, cujas probabilidades de perda foram avaliadas como possível e, portanto, não são reconhecidas provisões para contingências.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Compromissos

O Esperança possui contratos de arrendamentos operacionais, cujos compromissos totalizam aproximadamente R\$207.103 (valor bruto nominal) em 31 de dezembro de 2013 (R\$197.005 em 31 de dezembro de 2012) correspondentes principalmente a arrendamentos de edifícios pelo prazo médio de 25 anos. As despesas com arrendamentos reconhecidas no exercício foram de R\$13.867 (R\$6.444 em 31 de dezembro de 2012).

(Valores nominais, brutos)	Vencimento	Consolidado
Aluguel edifício Esperança Aluguel edifício São Marcos	Dez/2027 Out/2051	114.545 92.558
		207.103

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 8.000 (R\$ 6.474 em 31 de dezembro 2012) divididos em 2.971.754.172 ações ordinárias em 2013 e 2012, nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2012, o Hospital Esperança incorporou a LE e o Hospital São Marcos, o que resultou em aumento do capital social no montante de R\$ 13.531, correspondente aos patrimônios líquidos das empresas incorporadas na data da incorporação. Após a incorporação, foi efetuada redução de capital no valor de R\$ 34.539, correspondente ao investimento no Esperança anteriormente registrado pela LE e Hospital São Marcos.

Em 06 de agosto de 2013 a Companhia deliberou através de Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social em R\$ 1.526, sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte do saldo da reserva de lucro constantes em 31 de dezembro de 2012. Dessa forma o capital social da Companhia passou a ser R\$ 8.000.

b) Reservas de capital

A reserva de capital reflete os ajustes ao patrimônio líquido da LE e Hospital São Marcos, efetuados após a incorporação reversa ocorrida em 31 de dezembro de 2012, principalmente, relacionado ao ganho oriundo da combinação de negócios realizada em estágios.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Patrimônio líquido--Continuação

c) <u>Destinações do lucro</u>

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social ou quando o saldo da reserva legal acrescido das reservas de capital exceder 30% do capital social (Lei nº 6.404/76, art.182).

A destinação dos dividendos é efetuada com base na Lei nº 6.404/76, sendo o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, após destinação da reserva legal.

17. Receita líquida

	31/12/2013	31/12/2012
		(reapresentado)
Receita bruta Deduções da receita	311.982	193.747
Cancelamentos e abatimentos	(26.880)	(3.284)
Impostos incidentes sobre receitas	(22.276)	(13.875)
	262.826	176.588

18. Custos dos serviços prestados

	31/12/2013	31/12/2012
		(reapresentado)
Pessoal	106.937	58.560
Materiais e medicamentos	63.961	48.273
Serviços de terceiros	35.351	25.184
Depreciação e amortização	7.072	4.425
Aluguéis	13.867	6.444
	227.188	142.886

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Despesas administrativas

	31/12/2013	31/12/2012
		(reapresentado)
Serviços de terceiros	414	987
Provisão para contingências (Nota 14)	3.149	(1.166)
Serviços compartilhados	15.204	8.094
Utilidades e serviços	4.917	5.216
Outras despesas administrativas	2.326	2.084
	26.010	15.215

20. Outras despesas operacionais

	31/12/2013	31/12/2012
		(reapresentado)
Despesas gerais	2.306	3.530
Outros	438	2.186
	2.744	5.716

21. Resultado financeiro

	31/12/2013	31/12/2012
		(reapresentado)
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	6.416	230
Outros		2
	6.416	232
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(104)	(4.386)
Juros sobre debêntures	(20.165)	-
Juros e multas	(110)	(1.367)
Impostos sobre resultado financeiro	(50)	(17)
Despesa com variação monetária e cambial	(296)	(68)
Outros	(637)	(142)
	(21.362)	(5.980)
	(14.946)	(5.748)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Imposto de renda e contribuição social

As despesas com imposto de renda e contribuição social para o exercício de 2013 e 2012 são compostas como segue:

	31/12/2013	31/12/2012
Diferido		(reapresentado)
Imposto de renda	1.582	1.677
Contribuição social	570	604
	2.152	2.281
Corrente		
Imposto de renda		(3.669)
Contribuição social		(1.321)
	(#0)	(4.990)
(Despesa) benefício de imposto de renda e		
contribuição social	2.152	(2.709)

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferido ativo no exercício de 2013 foi como segue:

	31/12/2011	Benefícios adicionais registrados	31/12/2012	Benefícios adicionais registrados	31/12/2013
	(não auditado)		(reapresentado)		
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	(1110 1111111111111)		(100)		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	(#E	91	646	1.224	1.224
Provisão para devedores duvidosos	1.133	1.272	2.405	427	2.832
Provisão para glosas	4.132	1.047	5.179	2.899	8.078
Provisão para horas extras	200	S-1	702	308	308
Contingências	4	(38)	(34)	1.104	1.070
Total de ativo fiscal diferido	5.269	2.281	7.550	5.962	13.512
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos Ganho oriundo de aquisição		(17.848)	(17.848)	(3.810)	(21.658)
efetuada em estágios		- A	Non-transmission -		
Total de passivo fiscal diferido		(17.848)	(17.848)	(3.810)	(21.658)
Total de passivo fiscal diferido líquido	5.269	(15.567)	(10.298)	2.152	(8.146)

A Administração entende, que haverá recuperação do ativo fiscal diferido dentro de no máximo 5 anos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

A reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social e o montante determinado pela alíquota nominal para o exercício de 2013 e 2012 são apresentados a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social Despesa com imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(8.862) (3.013)	7.023 2.388
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva Brindes	36	248
Equivalência patrimonial	272	140
Outros	553	73
Despesa (benefício) na demonstração do resultado	(2.152)	2.709

Medida Provisória nº 627

Em 17 de setembro de 2013, as autoridades fiscais publicaram a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido. As companhias têm a opção de adotar a MP 627 em 2014. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT. A MP 627 possui um número relevante de emendas propostas e a Receita Federal do Brasil deverá, de acordo com a referida Medida, disciplinar diversas matérias. Dessa forma, é possível que algumas das suas disposições sejam alteradas e/ou regulamentadas. Com base no texto vigente a Empresa estima que a MP 627 não gere efeitos contábeis relevantes nas suas demonstrações financeiras. A Companhia aquarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Instrumentos financeiros e gestão do risco financeiro

23.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

A classificação dos ativos financeiros por categoria é a seguinte:

	31/12/2013		31/12/2012 (reapresentado)			
Ativos financeiros	Recebiveis	A valor justo por meio do resultado	Total	Recebívels	A valor justo por meio do resultado	Total
Caixa e bancos	3.512	¥	3.512	10.832		10.832
Aplicações financeiras	£1	5.068	5.068		44	44
Títulos e valores mobiliários	2	152.839	152.839	(a)	117.281	117.281
Contas a receber	41.240	2	41.240	40,461	0.61	40.461
Depósitos judiciais	1.364		1.364	1.024	529	1.024
	46.116	157.907	204.023	52,317	117.325	169,642

O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados, pela provisão para redução ao valor recuperável.

Os principais passivos financeiros da Companhia são mensurados ao custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

31/12/2013	31/12/2012	
	(reapresentado)	
7.955	10.023	
11.942	8.488	
4.140	18.236	
303.047	201.308	
327.084	238.055	
	7.955 11.942 4.140 303.047	

Os empréstimos e financiamentos não têm negociação ativa e as taxas de juros são pós-fixadas e estão consistentes com as praticadas no mercado; dessa forma, os saldos contábeis informados não diferem de forma relevante dos respectivos valores justos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Instrumentos financeiros e gestão do risco financeiro--Continuação

23.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela diretoria e cotistas. As estratégias de gerenciamento de riscos da Companhia e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

a) Risco das taxas de juros

A Companhia possui financiamentos em moedas locais sujeitos principalmente à flutuação da taxa CDI.

b) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados e a faturar a seus clientes é minimizado uma vez que não há grande concentração das receitas. Seu cliente mais significativo representa aproximadamente 15% do faturamento anual.

c) Risco de liquidez

Representa o risco de escassez e dificuldade da Companhia honrar suas dívidas. A Companhia procura alinhar o vencimento de suas dívidas com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem. Os valores divulgados a seguir em relação às debêntures são projetados pela inflação.

	31/12/2013					
-	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais que 5 anos	Total dos passivos financeiros
Fornecedores	7.955		9	£ * 0	2.0	7.955
Salários e encargos trabalhistas	5.150	7.098		351	92	12.248
Empréstimos	822	862	1.766	980		4.430
Debentures	- 2	14.206	42.136	291.650	-	347.992
Total	13,927	22,166	43.902	292.630		372.625

d) Derivativos

A Companhia não operava com derivativos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros por montantes considerados pela Administração suficientes para a cobertura de eventuais riscos sobre ativos e/ou responsabilidades.

Tipo de cobertura	Valor segurado
Danos materiais	192.846
Lucro cessante/raio/incêndio/explosão	110.891